

PROCON RJ

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

Curso de Formação

ADVOGADO

Data: 22/07/2012

Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva do Curso de Formação, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Responsabilidade Civil, Direito do Consumidor e o Dever de Indenizar	Direito do Consumidor e a Internet	Serviços Públicos e Direito do Consumidor	Contratos Bancários, Sistemas Financeiros e o Direito do Consumidor	Direito Administrativo e o Estado do Rio de Janeiro
01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	■	D
---	---	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: *Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova. Podendo levar seu Caderno de Questões.*

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

RESPONSABILIDADE CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR E O DEVER DE INDENIZAR

01. O fornecedor tem a obrigação de somente colocar no mercado produtos ou serviços que:

- A) tenham garantia mínima de um ano
- B) tenha ampla rede de assistência técnica em todo território nacional
- C) não acarretem riscos à saúde e à segurança dos consumidores
- D) nenhuma das respostas anteriores

02. A proteção da vida, saúde e segurança estão elencadas no rol dos:

- A) atos preventivos contra práticas abusivas
- B) sistemas de garantias
- C) dispositivos de tutela ao consumidor, expressos no Código Civil
- D) direitos básicos do consumidor, elencados no Código de Defesa do Consumidor

03. Respondem de forma objetiva pelo fato do produto:

- A) o fabricante, o produtor, o construtor e o importador
- B) o fabricante, o produtor, o construtor e o comerciante
- C) o fabricante, o produtor, o comerciante e o importador
- D) o fabricante, o comerciante, o construtor e o importador

04. O comerciante será responsável pelo fato do produto quando:

- A) o produtor não puder indenizar o consumidor
- B) não conservar adequadamente produtos perecíveis
- C) o produto comercializado por ele for inadequado ou não tiver qualidade
- D) houver produto de melhor qualidade no mercado

05. Um serviço não pode ser considerado defeituoso:

- A) quando o fabricante ainda tiver prazo para sanear o fato do serviço
- B) em razão da adoção de novas técnicas
- C) em razão de fatos supervenientes
- D) nenhuma das respostas anteriores

06. Uma vez havendo vício do produto, o fornecedor deve substituir as partes viciadas em até:

- A) 30 dias
- B) 60 dias
- C) 90 dias
- D) 120 dias

07. O prazo para reclamar vícios aparentes em produtos duráveis prescreve em:

- A) 30 dias
- B) 60 dias
- C) 90 dias
- D) 120 dias

08. A prevenção e reparação de danos materiais e morais constituem:

- A) direitos básicos do consumidor
- B) políticas de relações de consumo
- C) práticas comerciais
- D) cláusulas contratuais

09. O prazo prescricional para haver a reparação pelo fato do produto ou serviço é de:

- A) 90 dias
- B) um ano
- C) cinco anos
- D) dez anos

10. São considerados impróprios para uso e consumo os produtos:

- A) com prazo de validade vencido
- B) adulterados
- C) nocivos a saúde
- D) todas as respostas anteriores

DIREITO DO CONSUMIDOR E INTERNET

11. Segundo Ricardo Luis Lorenzetti, “*comércio eletrônico é comércio realizado através de diversos meios eletrônicos e principalmente pela Internet.*” A doutrina elenca os grandes grupos de relações no comércio eletrônico. Aquelas estudadas principalmente pela disciplina “Direito do Consumidor e Internet” são indicadas pela sigla:

- A) B2B
- B) C2B
- C) B2C
- D) C2C

12. João José é programador de *softwares* e foi contratado por um pequeno supermercado em seu bairro para criar um programa de computador que facilitasse o manuseio dos caixas. Com o sucesso do *software*, a demanda cresceu, forçando-o a registrar sua criação no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e montar uma indústria para produzi-lo em larga escala. Mesmo assim, foi surpreendido com a cobrança do *Imposto Sobre Serviços* sobre a atividade desenvolvida por sua empresa. Com base nessa situação, responda:

- A) A cobrança é devida, uma vez que o *software* é uma criação autoral e seu desenvolvimento por um programador caracteriza-se como prestação de serviços.
- B) A cobrança é devida, já que o programa foi elaborado para certo usuário e exprime verdadeira prestação de um serviço, sujeitando-se à cobrança do Imposto Sobre Serviço.
- C) A cobrança é indevida, pois o Imposto sobre Serviços deve ser cobrado pela União e não pelo Município.
- D) A cobrança é indevida, pois programas de computação feitos por empresas em larga escala e de maneira uniforme são mercadorias de livre comercialização no mercado, passíveis de incidência do ICMS.

13. “*Art. 2º. A disciplina do uso da Internet no Brasil tem como fundamentos: I - o reconhecimento da escala mundial da rede; II - os direitos humanos e o exercício da cidadania em meios digitais; III - a pluralidade e a diversidade; IV - a abertura e a colaboração; V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.*”

O trecho acima foi extraído do Projeto de Lei nº. 2.126/2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. O projeto foi fruto do processo de discussão colaborativo, conhecido como “**Marco Civil da Internet**”. O *Marco Civil da Internet* no Brasil e o Projeto de Lei supracitado representam uma forma de regulamentação da Internet, ou seja:

- A) A corrente libertária, que preconiza a impossibilidade de regulamentação estatal da Internet.
- B) A corrente da regulamentação legal ou tradicionalista, que assevera ser necessária a atuação do Estado para reger condutas de provedores e usuários da Internet.
- C) A corrente da regulamentação técnica, a qual afirma que os filtros executados pelos programas de computador são os que devem determinar quais condutas são proibidas ou permitidas ao usuário.
- D) A corrente do espaço internacional, que reconhece a escala mundial da Internet e conclui que deve ser regulamentada apenas por meio de Tratados e Documentos Internacionais.

14. Raul, em busca de preços mais baixos de passagens aéreas, acessa o *site* **www.trave.com.br**. Verifica que as passagens da companhia aérea **TRAVE Linhas Aéreas** são as mais baratas, dentre as de outras aerolíneas concorrentes anunciadas no mesmo *site*, adquirindo-as. Ao tentar embarcar, é surpreendido com o fato de ter sido vítima de uma fraude e não ter adquirido passagem nenhuma. Acaba por pagar um preço mais alto na loja da empresa, no aeroporto. Ajuíza ação contra a empresa pleiteando a restituição em dobro dos valores pagos, mais danos morais decorrentes dos fatos. Em decisão saneadora, o Juízo afasta a preliminar de ilegitimidade passiva da requerida. De posse dessas informações, responda:

- A) Os pedidos devem ser julgados improcedentes, uma vez que o consumidor adquiriu as passagens pelo preço ofertado, e não há prova dos sentimentos desagradáveis que caracterizam necessariamente os danos morais.
- B) Os pedidos devem ser julgados procedentes, pois o fornecedor é obrigado a cumprir qualquer oferta e os danos morais decorrem da humilhação sofrida pelo consumidor.
- C) Os pedidos devem ser julgados procedentes, haja vista que o nome de domínio necessariamente faz menção à marca da empresa e os danos morais decorrem do sofrimento do consumidor que é vítima da fraude.
- D) Os pedidos devem ser julgados improcedentes, pois o fato de o *site* conter anúncios de outros concorrentes faz concluir que não é controlado pela empresa ré e esta não pode ser responsabilizada por *links* de segundo nível (*deep linking*), rompendo-se o nexo de causalidade com relação a danos patrimoniais e eventuais danos morais.

Leia o texto abaixo e responda as questões 15, 16 e 17:

Um usuário tem um perfil em um *site* de rede social e descobriu que colegas de trabalho criaram uma comunidade com o único intuito de denegrir sua honra, contendo mensagens difamatórias referentes à sua etnia e orientação sexual. Inconformado, notificou o provedor para que retirasse o conteúdo. No entanto, o provedor não retirou o conteúdo difamatório do *site*. Indignado, ajuizou uma ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais contra o provedor.

Em sua defesa, o réu alegou a não aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, já que o usuário não paga pelo serviço. Além disso, alegou também que não tem o dever de exercer controle prévio das informações inseridas por terceiros antes da notificação. Por último, assevera que, mesmo após ser notificado para a retirada do conteúdo, não pode ser responsabilizado pelos danos morais sofridos, uma vez que as ofensas foram praticadas por terceiros.

Com base no caso acima e de acordo com a orientação majoritária do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção **correta** nas questões abaixo:

15. A alegação de inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (CDC):

- A) Não tem fundamento, pois, ainda que os serviços sejam prestados de forma gratuita para o usuário, a relação entre o provedor e o usuário está submetida às regras do CDC.
- B) Tem fundamento, uma vez que o usuário acessa o *site* gratuitamente, razão pela qual não pode ser considerado consumidor.
- C) Tem fundamento, razão pela qual deve ensejar a extinção do processo sem resolução do mérito, uma vez que o provedor é parte ilegítima para figurar no polo passivo.
- D) Tem fundamento, já que o provedor é mero intermediário, devendo o usuário lesado ajuizar pretensão contra cada um dos membros da comunidade para que estes retirem as ofensas que foram postadas.

16. A alegação de que o *site* de rede social não tem o dever de exercer o controle prévio das informações inseridas por terceiros antes da notificação:

- A) Não tem fundamento, uma vez que o provedor é responsável por toda e qualquer informação contida no *site*, independentemente de notificação.
- B) Não tem fundamento, pois a Constituição da República de 1988 veda o anonimato e é facilmente possível identificar qualquer usuário infrator.
- C) Tem fundamento, já que o provedor somente é obrigado a retirar determinado conteúdo após a notificação.
- D) Tem fundamento, inclusive porque há cláusula expressa nos termos de serviço do *site* transferindo a responsabilidade para terceiros, o que é plenamente válido perante o CDC.

17. A alegação de que, mesmo após a notificação, o provedor não responde pelos danos morais:

- A) Tem fundamento, pois não há prova de sentimento desagradável que caracteriza o dano moral.
- B) Tem fundamento, uma vez que, mesmo após a notificação, não há nexo de causalidade entre o dano sofrido e a conduta do provedor.
- C) Não tem fundamento, pois o provedor não é mero intermediário na relação, devendo responder independentemente de notificação.
- D) Não tem fundamento, já que o provedor pode ser responsabilizado pelos danos morais, após ser notificado pelo usuário para a retirada do conteúdo.

Leia o texto abaixo e responda as questões 18 e 19.

Uma pessoa deseja vender seu *laptop* usado. Após acessar um famoso *site* de leilão virtual, cadastra-se e anuncia seu produto. De acordo com as condições estipuladas e anunciadas no *site*, a empresa intermediadora se comprometeria a notificar o pagamento dos valores ao comprador e ao vendedor dentro de até 48 (quarenta e oito) horas. Consta ainda no contrato uma cláusula expressa que exclui a responsabilidade do *site* nos casos de fraudes causadas por terceiro.

Terceira pessoa, fazendo-se passar indevidamente pela empresa intermediadora e se utilizando de correio eletrônico idêntico ao do *site* de leilão, enviou *e-mail* ao vendedor informando falsamente que o valor referente à compra do produto já se encontrava disponível e que o *laptop* poderia ser enviado ao comprador. O vendedor, de boa-fé, enviou o produto ao suposto comprador antes do decurso do prazo.

Após descoberta a farsa, o vendedor ingressa com ação de ressarcimento pelos danos materiais e morais decorrentes do fato contra o provedor que administra o *site* de leilão.

A partir dessas informações e conforme a jurisprudência majoritária no Superior Tribunal de Justiça, responda:

18. O vendedor pode ser considerado consumidor perante o provedor que administra o *site*?

- A) Não, pois o *site* de leilão é mero intermediário nessa relação *Consumer to Consumer*.
- B) Não, pois aquele que desenvolve atividade lucrativa jamais pode ser considerado consumidor.
- C) Sim, porém o provedor que administra o *site* de leilão é parte ilegítima para figurar no polo passivo, já que o vendedor deve se voltar apenas contra o criminoso a quem entregou o *laptop*.
- D) Sim, uma vez que há remuneração do *site* de leilão pelo vendedor, além de existir a vulnerabilidade informacional que atrai a incidência do CDC.

19. Os pedidos contidos na ação indenizatória devem ser julgados:

- A) Improcedentes, uma vez que o *site* não pode ser responsabilizado por fraudes causadas por terceiros
- B) Parcialmente procedentes, uma vez que não restaram configurados os danos morais, em virtude de o vendedor não ter cumprido com sua obrigação no contrato, enviando o produto antes da data limite.
- C) Improcedentes, pois o provedor foi igualmente vítima e havia cláusula expressa que transferia a terceiros a responsabilidade pela fraude.
- D) Procedentes, uma vez que as falhas de segurança devem ser suportadas pela empresa que assume o risco da atividade econômica, além de ser abusiva a cláusula que transfere a responsabilidade a terceiros.

20. Determinado correntista teve valores sacados indevidamente de sua conta de forma fraudulenta pela Internet. Inconformado, ele ajuizou uma ação de reparação por danos materiais e morais contra a instituição financeira pelo defeito na prestação do serviço consistente na falha de segurança. A ação deve ser julgada:

- A) Improcedente, pois não se aplica o Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras.
- B) Parcialmente Procedente, condenando-se o banco a restituir somente a quantia debitada indevidamente, uma vez que o dano moral não restou caracterizado, pois a retirada indevida de valores por terceiro de uma conta bancária pela Internet constitui um fato corriqueiro, mero aborrecimento.
- C) Procedente, já que o defeito na prestação do serviço se caracteriza pela falha na segurança legitimamente esperada pelo consumidor e os danos morais decorrem do próprio fato.
- D) Improcedente, pois o banco também foi vítima de crime e deve ser comprovado necessariamente um sentimento desagradável para caracterizar o dano moral indenizável.

SERVIÇOS PÚBLICOS E DIREITO DO CONSUMIDOR

21. A responsabilidade civil do concessionário de serviço público é:

- A) solidária com o poder concedente;
- B) objetiva;
- C) subsidiária ao poder concedente;
- D) subjetiva.

22. A pessoa jurídica prestadora de serviço público realiza o serviço público por sua conta e risco, sujeitando-se ao controle, fiscalização e regulamentação do poder público, no:

- A) processo de arbitragem;
- B) contrato de concessão de serviço;
- C) exercício de um serviço público;
- D) processo licitatório.

23. A forma de prestação de serviço realizada pelo próprio Estado caracteriza-se como:

- A) direta;
- B) delegada;
- C) autorizada;
- D) indireta.

24. Conforme a lei 8.987/95, é correto afirmar que os princípios que regem os serviços públicos são:

- A) da legalidade e da boa fé;
- B) da anterioridade, da legalidade, da conveniência, da licitude;
- C) da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia na sua prestação e da modicidade das tarifas;
- D) da segurança, da boa fé, da generalidade, da cortesia, da anterioridade e da regularidade.

25. As concessionárias de energia elétrica podem interromper o fornecimento de energia elétrica nos casos de:

- A) inadimplência do usuário desde que a concessionária avise previamente os usuários inadimplentes da interrupção do serviço;
- B) mera inadimplência por seis meses consecutivos;
- C) caso fortuito e força maior do usuário;
- D) respeito ao princípio da continuidade do serviço público.

26. É um serviço “uti singuli”:

- A) bombeiro;
- B) iluminação pública;
- C) telefonia fixa;
- D) polícia.

27. O tipo de remuneração nas concessionárias de serviços públicos denomina-se:

- A) preço privado;
- B) contribuição anual;
- C) tributo;
- D) tarifa.

28. A Parceria Pública Privada é um tipo de:

- A) licitação;
- B) permissão;
- C) conveniência;
- D) concessão.

29. O código de defesa do consumidor incide sobre:

- A) serviços públicos remunerados por tarifa;
- B) todos os serviços públicos;
- C) os serviços “uti universi”;
- D) serviços públicos remunerados por contribuição de melhoria.

30. Acerca da responsabilidade OBJETIVA das concessionárias prestadoras de serviço público, podemos afirmar que:

- A) é uma garantia do usuário e independe de comprovação de dolo ou culpa;
- B) depende de comprovação de dolo e culpa, e ao usuário será sempre aplicada a responsabilidade subjetiva;
- C) depende de comprovação do nexo causal;
- D) independe de comprovação apenas do dolo, tendo a culpa que ser comprovada.

CONTRATOS BANCÁRIOS, SISTEMAS FINANCEIROS E DIREITO DO CONSUMIDOR

31. Sabe-se que a Comissão de Permanência é um instrumento de correção monetária do saldo devedor. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a única alternativa correta:

- A) A cobrança de comissão de permanência não exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios e moratórios.
- B) A comissão de permanência e a correção monetária são acumuláveis.
- C) A cobrança da comissão de permanência exclui a exigibilidade da multa contratual
- D) Não há qualquer impedimento de a cobrança de comissão de permanência ser superior à soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato.

32. Joana, correntista do Banco "X", tinha uma conta conjunta com seu marido, sendo casados pela comunhão universal de bens. No dia dos namorados, resolveu comprar um presente e, para tanto, utilizou seu talão de cheques para pagamento. O Banco "X", equivocadamente, devolveu o referido título de crédito por insuficiência de fundos, embora houvesse saldo para compensá-lo. Diante da jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- A) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- B) Não há dano moral a ser indenizado, pois a questão se insere no descumprimento contratual.
- C) O dano moral só será devido se o nome de Joana for inserido no Cadastro de emitentes de Cheques sem Fundo — CCF.
- D) O Banco "X" só vai responder se tiver compensado o cheque antecipadamente à data acordada entre as partes.

33. Acerca do contrato de arrendamento mercantil (*Leasing*), assinale a alternativa correta:

- A) Se houver cláusula resolutiva expressa, é desnecessária a notificação prévia do arrendatário para constituir-lo em mora.
- B) A mora é comprovada com o simples inadimplemento da parte, não sendo necessária a adoção de qualquer outra medida.
- C) Se a parte tiver adimplido 20% (vinte por cento) do valor total pago pelo arrendante e, após, ficar inadimplente, a cláusula resolutiva expressa perde a sua eficácia e, por isso, o arrendatário deve ser constituído em mora.
- D) Mesmo que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituir-lo em mora.

34. Wanderson, proprietário da empresa "YWZ" Marketing, possui conta corrente no Banco "W", e, com regularidade, recebe pagamentos de clientes. Há aproximadamente 1 (um) ano, constata que a instituição financeira está descontando taxas, tarifas e encargos indevidos, razão pela qual procura um advogado. O patrono, observando o prazo já decorrido (um ano), informa a Wanderson que nada poderá ser feito, visto que houve a decadência do direito. De acordo com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a informação está:

- A) Correta, porque de acordo com o art. 26 do CDC, o prazo para reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- B) Errada, porque a decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobranças de taxas, tarifas e encargos bancários.
- C) Correta, porque o vício era absolutamente fácil de ser verificado, não se justificando a inércia por mais de 1 (um) ano.
- D) Errada, porque Wanderson poderia ter solicitado esclarecimentos ao Banco "YWZ", suspendendo o prazo decadencial.

35. São modalidades de contratos bancários, **exceto**:

- A) Alienação fiduciária.
- B) Cartão de crédito.
- C) Compra e venda de imóveis.
- D) Abertura de crédito.

36. Jurandir, devedor do Banco "YWZ", renegociou a dívida do contrato "A" — em que pese às diversas ilegalidades existentes no instrumento —, possibilitando a retirada do seu nome do cadastro de inadimplentes. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta:

- A) A renegociação de contrato bancário não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades.
- B) A renegociação de contrato bancário impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades.
- C) A renegociação de contrato bancário não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais legalidades.
- D) A renegociação de contrato bancário impede a possibilidade de discussão sobre eventuais legalidades.

37. Sobre o contrato de arrendamento mercantil, assinale a alternativa correta:

- A) O valor residual garantido é opção de compra.
- B) De acordo com o entendimento dos Tribunais, o valor residual garantido não pode ser cobrado de forma antecipada.
- C) Se for realizada a cobrança de valor residual garantido de forma antecipada, não se estará a tratar de contrato de arrendamento mercantil, mas, sim, de compra e venda de bem móvel.
- D) A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

38. Em sentido bem simples, purgar a mora é o mesmo que quitar uma dívida, deixando de ser inadimplente. Acerca desse instituto, assinale a alternativa correta:

- A) A purga da mora é permitida em todos os contratos, desde que já pagos 30% (trinta por cento) do valor devido.
- B) A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado.
- C) A purga da mora só é admitida nos contratos de alienação fiduciária, desde que já pagos 30% (trinta por cento) do valor financiado.
- D) A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, é permitida independentemente do valor financiado já pago.

39. Juros compostos são os juros de um determinado período somados ao capital para o cálculo de novos juros nos períodos seguintes. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que:

- A) Não é permitida a cobrança de juros compostos.
- B) É permitida a cobrança de juros compostos acaso as partes convençionem, mesmo que de forma tácita.
- C) É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, desde que expressamente pactuada, sendo certo que deve ser estabelecida de forma expressa e clara.
- D) Só é permitida a cobrança de juros compostos quando houver o abatimento das demais taxas e da comissão de permanência.

40. Anastácia, correntista do Banco "YWZ", em razão de problemas financeiros, ficou com seu cadastro restrito no referido Banco. Mesmo tendo conhecimento da restrição, solicitou talão de cheques, momento em que lhe foi negado. A atitude do Banco "YWZ" foi:

- A) Incorreta, pois de acordo com o Banco Central (BACEN), o fornecimento de talonário de cheques só pode ser negado acaso o correntista tenha seu nome registrado no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo — CCF.
- B) Correta, pois de acordo com o Banco Central (BACEN), o fornecimento de talonário é condicionado à ausência de restrições cadastrais.
- C) Incorreta e passível de dano moral, pois para haver negativa de concessão de talonário de cheques devem ser somadas as restrições cadastrais e o registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo — CCF.
- D) Correta, pois apesar de a restrição ser apenas de cadastro, é necessário que o pedido de fornecimento do talonário seja acompanhado de uma declaração do correntista, com as devidas justificativas.

DIREITO ADMINISTRATIVO E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

41. A Supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a Indisponibilidade do serviço público são considerados, pela doutrina majoritária, Supraprincípios do Direito Administrativo.

Uma das formas mais evidentes da supremacia do interesse público são alguns privilégios concedidos, exclusivamente, ao Poder Público.

Com base no texto acima, dentre as alternativas abaixo, a que **não** evidencia a Supremacia do Interesse Público é:

- A) Desapropriação.
- B) Dar passagem no trânsito.
- C) Prazos processuais dilatados.
- D) Defesa de interesse público secundário (patrimonial) do Estado, como pessoa jurídica.

42. Os princípios constitucionais da Administração Pública estão expressos no art. 37, caput, da CRFB/1988.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto Estadual 43583, de 11/05/2012, também instituiu o princípio da:

- A) Transparência.
- B) Motivação.
- C) Eficiência.
- D) Discricionariedade.

43. Evidenciando a preocupação na excelência do serviço público estadual, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto Estadual 43583, de 11 de maio de 2012, instituiu o Código de Ética Estadual.

Tal iniciativa reforça o princípio constitucional, expresso no art. 37, caput, da CRFB/1988:

- A) Continuidade do Serviço Público.
- B) Publicidade.
- C) Eficiência.
- D) Moralidade.

44. A doutrina é unânime em colocar o Território, Povo e Governo como elementos fundamentais do estado. No que tange ao Governo, o atributo de não reconhecer entidade superior na ordem externa e nem igual na ordem interna é:

- A) Autoexecutoriedade.
- B) Poder de Polícia.
- C) Presunção de legitimidade.
- D) Soberania.

45. São tarefas precípuas da Administração Pública, **exceto**:

- A) Poder de Polícia.
- B) Serviços Públicos.
- C) Atividade de Fomento.
- D) Criação e extinção de tributos.

46. Pode ocorrer a interrupção do serviço público, remunerado por tarifa, como por exemplo, no fornecimento de energia elétrica, segundo o entendimento dominante do STJ:

- A) Em nenhuma hipótese, por afronta ao Princípio da Continuidade do Serviço Público.
- B) Somente com autorização do Poder Judiciário.
- C) Somente após tentativa frustrada de conciliação nos órgãos de defesa do consumidor.
- D) Somente após prévio aviso e desde que não afronte o Princípio da Dignidade Humana.

47. A divulgação oficial dos atos administrativos e livre acesso dos indivíduos às informações, objetivando a transparência na atuação da administração, referem-se ao princípio da:

- A) Moralidade.
- B) Continuidade do serviço público.
- C) Publicidade.
- D) Hierarquia.

48. Hely Lopes Meirelles fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-a como “o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional”. Nesse diapasão, pode-se afirmar que pelo princípio da eficiência busca-se atingir as seguintes metas, com exceção:

- A) Produtividade.
- B) Lucro.
- C) Redução de desperdício.
- D) Economicidade.

49. Conceder-se-á licença à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de _____ prorrogável no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, mais de _____ dias, estendendo-se, no máximo, até _____ dias. De acordo com as alternativas abaixo, marque a resposta que preencha corretamente as lacunas:

- A) 5 meses, 15 dias, 90 dias.
- B) 4 meses, 30 dias, 15 dias.
- C) 6 meses, 30 dias, 90 dias.
- D) 7 meses, 30 dias, 90 dias.

50. Constituem deveres dos funcionários públicos, exceto:

- A) Impontualidade.
- B) Discrição.
- C) Urbanidade.
- D) Boa conduta.